

QUILOMBOS DO ONTEM AO HOJE: REVISITANDO A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS RUFINOS

QUILOMBOS DE AYER A HOY: REVISANDO LA CONSTRUCCIÓN DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DOS RUFINOS

QUILOMBOS FROM YESTERDAY TO TODAY: REVISITING THE CONSTRUCTION OF THE RUFINOS QUILOMBOLA COMMUNITY

SANTOS, JESSIKA CRISTINA SILVA

Mestre em Serviço Social (PPGSS/UEPB)

E-mail: jessica.cristina@aluno.uepb.edu.br

ARAGÃO, PATRÍCIA CRISTINA DE

Doutora em Educação (UEPB); Professora da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB)

E-mail: patriciacaa@yahoo.com

RESUMO

O movimento quilombola resistiu aos tempos da escravidão e vem reinventando-se todas os dias na atualidade. São extensas as demandas reivindicadas por essa população que vem se modificando a cada nova conjuntura. O espírito de luta pela emancipação dos negros no Brasil e no mundo persiste nessa população. Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado desenvolvida através do Programa de Pós-Graduação da UEPB com as mulheres da comunidade de remanescentes de quilombolas, os Rufinos. Nosso objetivo neste artigo é trazer a trajetória histórica e política da referida comunidade, apresentando os elementos que transformaram este espaço em um território de luta e conquistas de direitos. Além disso apresentamos também os principais elementos que caracterizam os Rufinos com o intuito de demarcar a rica sabedoria, ancestralidade e produção de cultura existente na comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Quilombola; Comunidades remanescentes; Os Rufinos

RESUMEN

El movimiento quilombola resistió los tiempos de la esclavitud y se ha ido reinventando cada día. Las demandas reclamadas por esta población son amplias y han ido cambiando con cada nueva situación. El espíritu de lucha por la emancipación de los negros en Brasil y en el mundo persiste en esta población. Este trabajo forma parte de la investigación de maestría desarrollada a través del Programa de Posgrado de la UEPB con mujeres de la comunidad de remanentes de quilombolas, los Rufinos. Nuestro objetivo en este artículo es acercar la trayectoria histórica y política de esa comunidad, presentando los elementos que transformaron este espacio en un territorio de lucha y conquista de derechos. Además, también presentamos los principales elementos que caracterizan a los rufinos con el fin de delimitar la rica sabiduría, abolengo y producción cultural existente en la comunidad.

PALABRAS CLAVES: Movimiento Quilombola; Comunidades remanentes; Los Rufinos.

ABSTRACT

The quilombola movement resisted to the times of slavery and has been reinventing itself every day. The demands claimed by this population are extensive, which has been changing with each new situation. The fighting spirit for the emmanicipation of blacks in Brazil and in the world persists in this population. This paper is a part of the master's research developed through the PostGraduation Program at UEPB with women of the community of the remnants of the quilombolas, the Rufinos. Our purpose in this article is to bring the historical and political trajectory of that community, presenting the elements that changed this space into a territory of struggle and conquest of rights. In addition, we also present the main elements that characterize The Rufinos, in order to demarcate the rich wisdom, ancestry and production of culture existing in the community.

KEYWORDS: Quilombola Movement; Remnant communities; The Rufinos.

INTRODUÇÃO

O movimento quilombola deu-se concomitantemente junto a todas as formas de expansão do sistema escravista, onde quer que houvesse a estratificação do africano e do indígena eles estavam lá. Espalhados do nordeste ao sul do país, em territórios com maior ou menor concentração e força eles se agrupavam e montavam formas de luta contra seus opressores.

Os quilombos, significaram o maior elemento de resistência contra o sistema servil, seja em proporções grandes ou pequenas, e independente de sua estabilidade, ele representou a força que movimentou todo o período da escravidão com suas estratégias de sobrevivência. (MOURA, 1981).

Os quilombos significaram uma forma de manter as raízes africanas mesmo sob a repressão do sistema, nele os africanos podiam viver sua liberdade compartilhando laços herdados de seus ancestrais da África, mas também são os quilombos ao mostrarem uma forma de vida diferente da imposta que imprime na população negra escravizada e na população negra de hoje uma consciência histórica que se faz necessária para lutar contra a dominação e a exploração que ainda hoje insiste em os desumanizar.

Durante as últimas décadas as populações quilombolas tem reivindicado o reconhecimento da terra na qual vivem e desenvolvem seus costumes, todavia essas populações têm enfrentado diferentes questionamentos sobre a legitimidade de suas reivindicações e mobilizações. Há, apesar das novas legislações existentes uma série de tentativas de apagar o movimento quilombola da cena política, desqualificando suas demandas ou tendo sua luta questionada pelo próprio poder público e por outros grupos.

Diante desta realidade dada as comunidades quilombolas no Brasil, trazemos nesse trabalho a luta pelo desenvolvimento e pelo reconhecimento da comunidade de Remanescentes de Quilombolas dos Rufinos, está que é localizada no interior da Paraíba aglutina uma história de resistência e força do povo negro.

Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado desenvolvido no programa de pós graduação da UEPB, em que discutimos a identidade das mulheres negras dos Rufinos, neste momento fazemos este percurso histórico sobre a comunidade que é de grande relevância para estes sujeitos.

Quilombos do Brasil: uma trajetória de luta e mobilização social pelo reconhecimento e proteção dos remanescentes de quilombolas

O movimento quilombola deu-se concomitantemente junto a todas as formas de expansão do sistema escravista, onde quer que houvesse a estratificação do africano e do indígena eles estavam lá. Espalhados do nordeste ao sul do país, em territórios com maior ou menor concentração e força, eles se agrupavam e montavam formas de luta contra seus opressores. Os quilombos significaram o maior elemento de resistência contra o sistema servil, seja em proporções grandes ou pequenas, e independente de sua estabilidade, ele representou a força que movimentou todo o período da escravidão com suas estratégias de sobrevivência (MOURA, 1981).

O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenómeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, 1981. p. 87).

Clovis Moura (1993)ⁱ diz que os quilombos foram essa unidade de resistência, porém, a sua condição de explorado e de sua alienação não tinham como propositura um novo projeto de ordem social, mas possuíam elementos suficientes para



causar o desgaste e proporcionar uma crise permanente no sistema vigente. Possuindo um caráter de continuidade histórico, os quilombolas se refugiavam em matas fechadas para dificultar a sua procura, montavam estruturas de organização política, econômica e cultural que rememoravam suas raízes africanas. Eram uma ameaça aos senhores de escravos e ao próprio Estado que despontavam grandes esforços para capturar os fugitivos e destruir os quilombos, pois estes significavam uma esperança de uma vida longe dos ditames da escravidão.

A organização quilombola foi responsável pelo grande avanço de seus diversos grupos pela colônia. Segundo Moura (1993) os quilombolas se ligavam a outros grupos oprimidos para fortalecer seu movimento, desenvolviam armas e instrumentos para lutar contra as investidas do sistema. “Por outro lado, como unidades produtiva, o quilombo desenvolvia, internamente, uma série de atividades para se manter e alimentar sua população” (MOURA, 2020, pp. 41-42).

Os quilombos se organizavam de maneira diferenciada, de acordo com a região que ocupavam, desenvolvendo regularmente a atividade da agricultura herdada da África, mas estes não tinham um modelo econômico predominante, no entanto, o seu modo de se desenvolver permitia que todos que moravam naquele território tivessem um certo bem-estar.

Ainda retratando a organização dos quilombos, Moura (1993) aponta para como os membros do grupo se alocavam politicamente no intuito de fortalecer tanto a produção/economia como as suas defesas, pois são essas duas frentes responsáveis pela manutenção do quilombo, que é constantemente atacado pelas forças do governo brasileiro. É neste sentido que afirmamos que a organização do passado quilombola desponta resquício desse processo nos seus remanescentes, o entrave que causa nas autoridades, a sua movimentação em prol da sua libertação semeia a necessidade existente de lutar por melhores condições de existência no presente, uma sociedade de homens e mulheres verdadeiramente livres.

O maior quilombo do Brasil e também da América Latina se deu entre os territórios agora pertencentes ao estado de Alagoas no Nordeste brasileiro. Esse reduto em seu período áureo chegou a reunir entre 25 a 30 mil refugiados, aglutinando além de escravos, indígenas, brancos pobres e outros grupos de oprimidos, representando uma grande desestabilização do sistema escravocrata na região onde se instaurou e forçando as autoridades da metrópole a intensificarem as buscas para destruição de Palmares.

Palmares possuiu umas das principais organizações políticas, econômicas e de defesa dos quilombos, sua importância foi tanta que os negros refugiados de seu quilombo utilizaram suas estratégias em outras regiões. Com a duração de quase um século, palmares possuía uma linguagem muito oral, herança de suas raízes africanas, tendo dois grandes líderes e desenvolvendo um modo de viver distinto do sistema vigente. Ganga-Zumbi e Zumbi foram os dois líderes que impulsionaram o desenvolvimento e a defesa desse território.

A importância de Zumbi é tão significativa que até hoje os movimentos quilombola e o movimento negro evocam a sua figura para representar suas lutas e movimentações. Considerado o rei de Palmares, possuía um poder centralizado para que o quilombo conseguisse ter sucesso em suas conquistas. O quilombo de palmares foi destruído em 1695, sendo seu líder Zumbi morto como forma de demonstrar que o poder da coroa não deveria ser desafiado e sim obedecido, no entanto, apesar da repressão do estado, os quilombos se espalhavam cada vez mais, mostrando que a resistência negra se manteve apesar das contradições.

Abdias do Nascimento, outro percurso da historiografia dos quilombos afirma que esses significaram o esforço do africano escravizado em conquistar sua liberdade através de fugas e da organização de uma sociedade em que este fosse livre. O autor utiliza o termo quilombismo para situar o progresso e a organização negra em prol de sua libertação, conseguida através dos quilombos, uma consciência de acordo com seu livro “O Quilombismo”, que se exprime até os dias de hoje e que fora enfatizada junto ao MNU, ao declarar como dia da Consciência Negra o dia da morte do principal líder quilombola do país.

A continuidade dessa luta consciência de luta político-social se estende por todos os Estados onde existe significativa população de origem africana. O modelo quilombista vem atuando com ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heróica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico. Circunstâncias que impôs aos quilombos diferenças em suas formas organizativas. Porém no essencial se igualavam (NASCIMENTO, 2002, p. 339).



Os quilombos significaram uma forma de manter as raízes africanas, mesmo sob a repressão do sistema. Nele, os africanos podem viver sua liberdade, compartilhando laços herdados de seus ancestrais da África, mas também são os quilombos ao mostrarem uma forma de vida diferente da imposta que imprime na população negra escravizada e na população negra de hoje uma consciência histórica que se faz necessária para lutar contra a dominação e a exploração que ainda hoje insiste em os desumanizar.

Durante as últimas décadas as populações quilombolas tem reivindicado o reconhecimento da terra na qual vivem e desenvolvem seus costumes, todavia essas populações têm enfrentado diferentes questionamentos sobre a legitimidade de suas reivindicações e mobilizações. Há, apesar das novas legislações existentes, uma série de tentativas de apagar o movimento quilombola da cena política, desqualificando suas demandas ou tendo sua luta questionada pelo próprio poder público e por outros grupos.

O centenário da abolição trouxe consigo a inserção na nova constituição Federal de 1988, a inserção dos descendentes de quilombolas e com isso a instituição de direitos para essa população. “A problemática das terras de quilombos, portanto, foi, a partir de 1988, alvo de atenção e de forte pressão por parte dos movimentos sociais negros, desdobrando-se em várias ações e normas institucionais: administrativas e jurídicas, de âmbito estadual e federal” (LEITE, 2008, p. 970).

É nesse sentido que o conceito de quilombo tem se tornado uma discussão para além da historiografia de seus antepassados, é um termo que designa a luta de homens e mulheres negras descendentes de africanos que se organizam para lutar contra a exclusão social que vivencia e por uma vida em que possam seguir os valores, crenças, religiões e modo de vida específicos no território que vivenciam, no entanto, esses quilombolas passam por uma série de questionamentos sobre sua legitimidade, pois, as forças dominantes da sociedade brasileira tendem a vê-los como usurpadores das terras que eles deveriam apropriar-se.

Leite (2008), aponta para uma mudança no panorama dos direitos quilombolas, esses passam a ser um direito fundamental não podendo ser sobreposto a propriedade privada e por isso suas terras devem ser tituladas e protegidas. A terra é um elemento de grande relevância na questão quilombola, tratada como propriedade privada para a grande burguesia dominante e como um território em que há laços afetivos e uma relação de subsistência para os quilombolas, torna-se campo de grandes embates entre essas oposições, pois a reivindicação do direito à terra, possibilitado pelo artigo 68 da constituição, causa entraves a rentabilidade da terra para classe dominante e seu usufruto para aqueles que por direito a ela pertence.

Tudo isto se esclarece quando entra em cena a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações. O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afro descendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas (LEITE, 2000, p. 235).

Desse modo, vemos uma ressemantização do que seriam os então quilombos no Brasil. A organização e luta nesses espaços significa um ato que vai além do passado, mas que busca alternativas de vida para o presente de seus descendentes. É propriamente no centenário da abolição, com a promulgação da constituição Federal de 1988, que estes novos sujeitos políticos iram entrar em cena, buscando a efetivação das legislações propostas, inaugurando um novo campo de discussões, políticas e luta por reconhecimento.

A partir disto, muitos estudiosos defendem que remanescentes de quilombolas são indivíduos que, de alguma forma, estão ligados a ancestrais que povoaram alguma terra ao se refugiarem de seus senhores. Estes mantêm com aquela terra algum tipo de ligação que vai além de vínculos econômicos de reprodução, as suas raízes estão fincadas naquela localidade que muito antes serviu de solo para o desenvolvimento de outras gerações.

Nessa nova configuração, estes territórios, urbanos ou rurais, se estabelecem como espaços de busca por um sistema justo e igual para população quilombola, assim como no passado, reorganizado a partir de uma nova conjuntura. Os quilombos são e sempre foram espaços de resistência negra.

Segundo Leite (2000), os quilombos do período da escravidão e as suas novas configurações tem em comum a sua capacidade de organização, todavia, após a abolição e com os atuais elementos que conformam a conjuntura que está



inserida, estes ganham novos traços em que a construção de uma identidade de remanescente quilombola torna-se pauta de sua conceituação.

A autora segue pontuando que no texto da constituição o quilombo é algo fechado e coeso, visto a partir da noção de luta armada, exemplificada no quilombo dos Palmares, no entanto, este conceito é desfeito através de um documento elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia- ABA.

Em outubro de 1994, reuniu-se o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais para elaborar um conceito de “remanescente de quilombo”. O documento procurou desfazer os equívocos referentes à suposta condição remanescente, ao afirmar que “contemporaneamente, portanto, o termo não se referia a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”. Tratava-se de desfazer a ideia de isolamento e de população homogênea ou como decorrente de processos insurrecionais. O documento posicionava-se criticamente em relação a uma visão estática do quilombo, evidenciando seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade. Ou seja, mais do que uma realidade inequívoca, o quilombo deveria ser pensado como um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira (LEITE, 2000, p. 341-342).

A reformulação do termo quilombo fornece amplitude sobre o movimento de luta das comunidades quilombolas. As pautas da nova conjuntura têm o caráter de luta e resistência do passado, mas se reconfiguram trazendo novas demandas para essa população. Sendo assim, o que está sendo dito é que a formação dos quilombos simbolizou e ainda hoje simboliza a forma que os escravizados resistiram à opressão dos senhores e afirmavam sua identidade. Todavia, precisamos considerar uma série de elementos para caracterizar a atual formação das comunidades de remanescentes quilombolas, principalmente segundo o que está disposto em nossa Constituição Federal.

Em Arruti (1997), encontramos uma série de desafios lançados, tanto a recente legislação sobre comunidades quilombolas como em relação a definição, remanescentes de quilombos, dos novos atores sociais que surgem junto a promulgação da constituição. O autor afirma que a aprovação do artigo não teve realmente considerado as significações pertinentes ao seu valor, fora mais um elemento das comemorações do centenário da abolição ficando por muito tempo sem uma real intervenção por parte do poder público.

A discussão em torno dos novos atores e de suas demandas, como também das políticas públicas e dos direitos concernentes a eles, passaram por uma inserção tanto no campo dos movimentos sociais, como no âmbito da produção acadêmica, com o artigo da Constituição Federal.

Iniciou-se, portanto, um processo de alargamento das pesquisas no âmbito racial sobre a questão quilombola, uma construção ainda a passos lentos devido à pouca produção e ao pouco conhecimento sobre os conceitos instituídos sobre quilombos. Mas o que nos interessa dessa discussão é que é dela que vem a denominação de remanescentes de quilombos a quem comumente nomeamos àqueles que pertencem a comunidades quilombolas.

O termo remanescente passa por um denso leque de discussões antes de ser adotado para designar os novos sujeitos que estavam surgindo. É uma designação que nomeia tanto descendentes de índios como de quilombolas e tem em seu percurso uma necessidade de intitulá-los de alguma maneira para facilitar os processos que estavam surgindo junto as suas demandas.

O termo surgiu para resolver empasses sobre o conceito do que seriam os descendentes de quilombolas, visto que estes não eram mais apenas uma atualização de seu passado, mas sim uma continuidade que possui especificidades oriundas da nova conjuntura”. No “Artigo 68”, o termo “remanescentes” também surge para resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, em que a descendência não parece ser um laço suficiente” (ARRUTI, 1997, p. 21).

Ao serem identificadas como “remanescentes”, aquelas comunidades em lugar de representarem os que estão presos às relações arcaicas de produção e reprodução social, aos misticismos e aos atavismos próprios do mundo rural, ou ainda os que, na sua ignorância, são incapazes de uma militância efetiva pela causa negra, elas passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e,



sobretudo, de um modelo de luta e militância negra, dando ao termo uma positividade que no caso indígena é apenas consentida (ARRUTI, 1997, p. 22).

Esses sujeitos passaram a ter um novo posicionamento em relação ao mundo exterior e, principalmente, sobre si, uma possibilidade de alterações reais no seu quadro de valores, de ações governamentais e de uma nova proposição diante de toda uma sociedade. É sob essa nova conjuntura que surge a possibilidade de reconhecimento a nível nacional de uma nova configuração étnica, cultural e até mesmo de valores que venha a criar ou recriar uma identidade totalmente inovadora e desafiadora para os povos tradicionais de quilombo.

O reconhecimento como remanescentes de quilombo imbuí a estes sujeitos a necessidade de um reordenamento nas suas relações e em sua própria estrutura, um reconhecimento muitas vezes difícil e que se faz por muitas reivindicações por partes dos remanescentes e que, apesar dos novos ordenamentos, precisa manter sua relação com o passado, tanto como forma de afirmar sua descendência para o Estado, como para pautar a sua nova condição.

Leite (2008) aponta para uma incidência de ações inovadoras dentro da questão quilombola, no entanto essas ações em muito ainda são insuficientes para atenuar o empobrecimento e a exclusão social vivenciado pelas comunidades, tendência adotada desde a constituição e que permanece na nova conjuntura.

A ação constitucional de proteção às chamadas comunidades quilombolas tem se ampliado, podendo ser considerada hoje uma prática inovadora no Brasil, embora ainda muito insuficiente.²³ Volta e meia a grande imprensa e os setores empresariais levantam dúvida sobre os riscos que a regularização dos territórios quilombolas representam para o desenvolvimento, para as fronteiras, para o projeto nacional, entre outros. Isto, no entanto, soa como um contra-senso se comparado aos citados índices de desenvolvimento humano e material dessas áreas – as mais pobres e com maiores índices de desnutrição, saneamento e educação do País (LEITE, 2008, p. 972).

Mesmo com a instituição de tais políticas, a realidade das comunidades de remanescentes de quilombolas ainda se encontra muito aquém do estipulado nos planejamentos de âmbito público e no próprio anseio das comunidades. Assim como em outros setores da sociedade, as políticas públicas não têm sido efetivadas completamente, seja pela dificuldade em direcionar recurso, pela morosidade do próprio Estado ou mesmo por problemáticas institucionais. Seja qual for o motivo, as metas e compromissos que começaram a ser traçadas com a constituição Federal de 1988 ainda estão longe de serem efetivadas completamente impactando diretamente a realidade das vidas quilombolas.

QUILOMBOLO DOS RUFINOS: trajetória histórica, conquistas e lutas por acesso a direitos para a comunidade.

Nosso foco neste trabalho é a comunidade de remanescentes de quilombolas dos Rufinos, percorreremos aqui a singularidade desta comunidade, aquilo que ela tem de primordial e que em certo modo foi responsável pela reorganização do território após a sua certificação, ou seja, o seu povo, sua história e cultura.

Para apresentar aspectos relativos à comunidade, contamos com a colaboração de alguns de seus membros, através de suas narrativas pudemos reconstituir o itinerário histórico dos Rufinos. Nesse sentido, as discussões dos fatos aqui apresentados representam uma forma de transmissão de saber herdada dos ancestrais africanos.

A oralidade se constituiu como meio principal de transmissão dos saberes relativos aos povos de origem africana e sendo assim ainda é um elemento que persiste e resiste nos Rufinos. A memória é transmitida através da fala, momento em que os sujeitos tramitem suas histórias e as de outrem por meio dela. Ela e a oralidade estão relacionadas por esta razão, precisamos compreender como estão dispostas e se apresentarão diante das narrativas.

É preciso esclarecer que as sociedades africanas consideradas tradicionais são aquelas que souberam conservar princípios e valores que eram cultivados anteriormente à invasão do continente africano pelos europeus. Já as comunidades tradicionais afro-brasileiras são aquelas que, pelo suporte da



oralidade, preservaram em sua memória coletiva os valores tradicionais africanos, recriados e reatualizados em terras brasileiras. Por isso, as marcas da cultura africana, indiscutivelmente impregnadas no cotidiano da sociedade brasileira, precisam ser mais estudadas e entendidas, especialmente as manifestações da tradição oral, que, de forma incisiva, foram ressemantizadas e reconstruídas nas comunidades tradicionais afro-brasileiras (ROCHA, 2011, p. 2).

Os Rufinos, resguardam os valores, cultura, além dos próprios modos de existir do continente africano, mas, reatualizando mediante o que foi se perdendo ou diante daquilo que foi-se incorporando na sociedade da qual passaram a fazer parte. Essa preservação ocorre através da memória coletiva resguardada pelas comunidades brasileiras, que transmitem esses saberes através da oralidade para suas novas gerações e assim é possível manter essas tradições.

A memória neste sentido tem uma função social, que é exercida através da oralidade, as suas características culturais específicas são fundamentadas na ancestralidade, “possuem conhecimentos reconhecidos como saberes tradicionais, pois são conhecimentos indissociados da identidade desses povos e comunidades, transmitidos predominantemente através da prática da oralidade.” (SILVA, 2017, p.23).

É pela via da tradição oral que se mantem as raízes da cultura e dos povos de origem africana mesmo após séculos de escravidão, uma cultura secular que não foi apagada pelo sistema e que constitui as identidades e a coletividade das comunidades tradicionais. É o processo de reelaboração a partir dos ensinamentos do velho para o novo o que possibilita a continuação da existência desses povos tão diversos.

A partir desses elementos da memória coletiva da comunidade e da oralidade como prática educativa e de transmissão de saberes que é possível a existência das populações tradicionais afro-brasileiras, e assim encontramos nas falas de Manoel Silva Santos essa prática tão significativa. Ao contar a história de sua família ele passa para os interlocutores um saber que aprendeu com sua avó e que hoje é transmitido para seus filhos e sobrinhos como uma maneira de preservar as raízes de sua origem. Manoel é membro da comunidade quilombola dos Rufinos e reside também na comunidade, é artesão e agricultor e todos os saberes que possui foram passados de sua geração anterior.

Ele nos concedeu algumas informações para a construção da comunidade no presente trabalho, informações essas que desrespeito do seu passado, a sua história e a continuidade dela, agregando um valor não só acadêmico mais também afetivo a esta pesquisa, que se constitui como uma transmissão da memória para escrita no intuito de conhecer e preservar a existência de um povo e de um território de muitas singularidades.

Figura 1. Manoel Silva Santos na coleta do barro



Fonte: Acervo pessoal (Bruna Dias), (2021).

Com base nos relatos de Manoel, foi possível compreender a trajetória desta comunidade. Os Rufinos localizam-se no médio sertão paraibano, na zona rural da cidade de Pombal, compondo assim um quilombo rural em que tem a sua subsistência baseada na agricultura familiar. Os Rufinos também são parte fundamental da cultura local da “Terra de

Maringá” como Pombal é popularmente conhecida, sendo os seus membros componentes de grupos de dança e de tradição religiosa da região.

O grupo é um elemento de preservação de uma tradição iniciada ainda no período da colonial, em que os Rufinos estão presentes até os dias de hoje e que incentivam as novas gerações a manterem um elemento tão importante de seu povo. A rica cultura presente na comunidade desdobra-se também por meio da arte onde tem no artesanato em barro uma prática reconhecida nacionalmente, um saber passado intergeracionalmente e que perdura até hoje. As histórias sobre a origem dos Rufinos em muito já se perderam junto com o falecimento de seus membros mais antigos, mas esta é a história de uma família grande que já caminha próximo a sétima geração de um povo que sempre lutou muito pela sua sobrevivência.

Segundo alguns relatos da história contada por Manoel em uma visita a sua residência, ele contou um pouco da história de seus bisavôs, e de como eles chegaram para habitar as terras do Sítio São João. A história dos Rufinos se inicia com a chegada de Antônio Rufino de Jesus e sua esposa Joaquina Maria da Conceição em terras pombalenses, não se sabe ao certo o ano, mas o que foi mantido nos relatos não só de Manoel, mas também de outros membros mais antigos é que os dois foram escravos, vindo de um sítio chamado Várzea de Dentro que não se sabe ao certo onde se localizava.

Assim as histórias antes de Antônio Rufino foram pedidas, sem nos deixar ao certo se a origem dos Rufinos fora de um casal refugiado dos açoites de um senhor ou de dois quilombolas migrantes de outras terras. As terras adquiridas pelos dois foram compradas através do trabalho realizado na construção de açudes da região, sendo composta por uma grande faixa de terra da localidade, assim nos conta Manoel.

No entanto essas terras em sua maioria foram passadas para outras pessoas principalmente pelos netos de Antônio Rufino, restando a atual comunidade um pequeno território que comporta apenas algumas partes da família. Dos treze filhos de Antônio Rufino apenas quatro ainda possuem os terrenos herdados por seus pais, que foram passados para seus netos e estes ainda residem nas terras de origem. A extensão da família Rufino tornou-se muito grande e pouco ainda se conhece de todas as novas gerações, tem sido feito um intenso processo de busca por esses filhos dos Rufinos, porém ainda requer muita aproximação.

As lutas e dificuldades das primeiras gerações de Rufinos em muito persistem até hoje, várias secas como também cheias se abateram sobre as propriedades levando o pouco que esse povo tinha. A agricultura vem sendo o principal meio de subsistência dos moradores em que os cultivos já foram dos mais diversos, sendo os mais citados por Manoel: feijão, algodão, milho, trabalhavam com a colheita da fruta da oiticica e o plantio de “fumo”, essas atividades praticadas inicialmente tinham um grande desafio que era a necessidade de chuvas para sua irrigação, o que fez com que em um período de grande estiagem os trabalhadores deixassem suas casas e fossem em busca de trabalho em outras localidades para sua sobrevivência e de sua família.

Atualmente, a agricultura ainda constitui o principal meio de sobrevivência neste quilombo, no entanto algumas mudanças ocorreram, algumas modernizações como a irrigação mecânica tem ajudado os moradores no enfretamento das secas, assim como algumas políticas governamentais de fomento e incentivo a agricultura familiar que ocorrem na região.

Embora estas políticas tenham, de certa forma auxiliado na vida dos agricultores, algumas mudanças na relação com o governo principalmente no âmbito federal têm prejudicado a comercialização dos produtos, ao serem comprados com valores muito inferiores dos mercados da região, o que implica diretamente na renda, no aumento de trabalho para os agricultores e na deterioração de suas condições de vida.

No entanto, observamos que a comunidade vêm se reinventando todos os dias para garantir sua sobrevivência, várias práticas fazem parte de sua história e de seu cotidiano, a criação de animais em pequenas quantidades, o cultivo das raízes próprias da terra para o cuidado com os seus membros através de chás e lambedores, a própria busca por oportunidades fora da comunidade seja na cidade ou em outros sítios configuram formas de preservar sua existência pois muitos mesmo não residindo nessas terras mantêm vivo o vínculo com seu território de origem.

Além da força e da resistência existentes na comunidade que tem sobrevivido há anos de seca, a pobreza e as dificuldades enfrentadas durante toda sua história, ela é um território de uma cultura muito rica e importante na região. Dentro dos principais elementos da cultura comunitária podemos destacar a dança, o artesanato e a religião que são meios fundamentais de caracterização dessa localidade.

A cidade de Pombal é um berço cultural localizado no alto sertão da Paraíba, uma cidade que possui várias raízes negras. A “Terra de Maringá” realiza umas das maiores festas religiosa da região, a festa de Nossa Senhora do Rosario é uma tradição secular comemorada todos os anos no mês de outubro com uma semana de celebração, a igreja do Rosario a



mais antiga de Pombal, acolhe a festa de Nossa Senhora e os filhos de Pombal que retornam todos os anos para esse grande momento de tradição, cultura e fé.

Dentro da festa a grupos culturais de extrema relevância para as comunidades quilombolas de Pombal, muitas das tradições e expressões culturais presentes na Festa do Rosário estão relacionadas à trajetória das comunidades remanescentes dos quilombos em Pombal, como territórios da resistência desses grupos sociais” (SILVA, 2017, p. 57).

A comunidade quilombola “Os Rufinos” é um berço cultural no município de Pombal-PB, pois vários membros da família tem uma história, identificação junto aos grupos tradicionais folclóricos da cidade, como “Os Pontões” e “A Irmandade do Rosário”. O grupo religioso também denominado como a Confraria dos Negros do Rosário, a mesma foi criada no século XIX na época do Brasil colonial, tendo como objetivo a organização dos negros devotos de Nossa Senhora do Rosário, levantar recursos por meio da organização em grupo, a Irmandade do Rosário para comprar alforrias de escravos no período escravista e também realizar um enterro digno aos irmãos negros da Confraria. (RUFINO, 2018, p. 33).

A formação desses grupos em torno da devoção a santa se dá desde o período colonial e também significavam uma forma de resistir ao sistema. Dentro da cultura hoje temos os grupos de dança denominados: pontões, reisados e congos em que as comunidades quilombolas da cidade formam os componentes dos grupos. Vamos nos ater neste momento apenas ao grupo dos pontões em que as gerações dos Rufinos até hoje se mantiveram nele.

Figura 2. Grupo dos pontões.



Fonte: Acervo da comunidade, (2021)

O grupo dos pontos se apresentam tradicionalmente na festa do Rosário em sua abertura, encerramento e em outros momentos no decorrer da festa, trajados de vermelho e azul e ao som do zabumba e do triangulo com suas lanças decoradas de fitas coloridas e ao comando de seu capitão dançam em forma de agradecimento, pedindo bençãos e trazendo alegria e festejo para aqueles que os veem.

O professor Sergio Luís Rolemberg Farias da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG realizou um trabalho de campo sobre a representação cultural e identitária dos pontos, o seu artigo intitulado “Os reis negros deserdados da terra: os negros Rufinos de quilombo do Sítio São João de Pombal, Paraíba” traz um pouco da história dos Rufinos e a sua contribuição simbólica, cultural e religiosa para nossa cidade. “O significado principal do rito da dança dos espontões reside em um louvor coletivo dos pretos à sua padroeira, Nossa Senhora do Rosário. (FARIAS, 2019, p. 121). Ainda a este aspecto Farias (2019) aponta que,

A dança do espontão reúne aspectos individuais e coletivos e, por tal fato, pode assumir o papel de evento político. Ela, assim como as demais danças, visa influenciar o público transmitindo a este uma

narrativa de seu corpo e uma crônica de seu grupo. Tal consideração se dá em função de a dança ter se tornado uma instituição, que permite aos quilombolas dos Rufinos estabelecerem laço imediato entre seu passado e o presente, com a perspectiva de mudar este último. Ainda que a performance da dança do espontão tenha se tornado um evento recorrente com a popularização da causa quilombola, o palco tradicional de performance dessa dança ocorre durante a celebração da Festa do Rosário. (FARIAS, 2019, p. 122).

A dança dos pontões nos permite perceber simbologias e aspectos que perpassaram gerações, e que se apresenta como uma estrutura política diante de uma sociedade permeada de desigualdade de classes e raça, pois é neste momento que para além da preservação da memória desta cultura, uma fuga dos aspectos atribuídos correntemente a estes sujeitos se tornando nestes períodos de festas protagonistas de suas próprias histórias.

A tradições deste grupo tem sido passado desde cedo para os mais jovens no intuito de preservar a identidade e os saberes de um grupo. Na participação nos grupos tradicionais de dança como os Pontões, percebe-se o interesse e envolvimento desde cedo dos mais velhos em ensinarem e incentivarem a juventude a ganhar gosto pela prática e envolvimento direto na atividade cultural. Desse modo, a identidade desse povo é transmitida através da oralidade para as gerações mais novas, que transmitem os saberes resguardados na memória histórica e coletiva desde povo, propiciando o zelo, o cuidado pela conservação dos costumes, tradições e valorização da sua cultura (RUFINO, 2020).

Na mesma via onde os saberes do tradicional grupo de dança têm transmitido sua identidade desde cedo para os mais novos é que encontramos no artesanato outra fonte de tradição, sabedoria e ancestralidade. Na comunidade o artesanato teve seu início com Joaquina Maria da conceição ou como era mais conhecida “Mãe Quina”, esta utilizou o barro como forma de complementar a renda de sua família naquela época, um saber que passou para suas filhas Maria, Ana e Severina.

Figura 3. Casa do barro Dona Edith



Fonte. Acervo pessoal (Lucyana Xavier) (2022).

O artesanato em barro hoje é desenvolvido por um grupo de cerca de dez a quinze pessoas, os primeiros a retomar a arte do barro foram os filhos de Francisca Maria e Edith netas de Mãe Quina, essas duas mulheres fortes trabalharam por toda sua vida com o artesanato em barro, Francisca Maria ou Chiquinha como popularmente era conhecida faleceu vítima da COVID 19 ano passado, ela teve treze filhos e dentre eles dois hoje levam a frente o artesanato em barro, Manoel o qual nos entrevistamos sobre a história da comunidade nos relatou que também aprendeu a manusear o barro com sua avó Maria Joaquina, como ele nos relata no fragmento de sua fala abaixo.

Eu ajudava minha avo, ia mais ela para os barreiros pra arrancar barro ai trazia o barro para casa a gente via como ela botava de molho ai eu sempre roubava um pouquinho de barro para fazer brinquedo para mim, uns boinho de barro, umas cozinhas para brincar e quando minha avo tirava o barro lá do canto e botava para o meio da sala para amassar barro eu tava pelo meio e ela sempre fazia as coisas que queria fazer ai não reclamava, o povo tem um dizer que vó é sempre paparicando os netos eu era muito paparicado por ela não impedia de eu mexer nos barros, eu sempre mexia, amassava barro, comecei a fazer panela mais ela, a fazer pote aprendi a fazer panela de barro praticamente sem ninguém me

ensinar, eu já tinha o interesse e via ela fazendo e pronto aprendi, não precisou de ter essas aulas que a gente tem hoje de pegar um bolão de barro e dizer é assim e faz assim não tinha esse negócio de aprender dessa forma não eu aprendi vendo ela fazer ela nunca pegou um bolão de barro para dizer olhe você tem que moldar assim não eu via como ela fazia abria o barro do mesmo jeito que ela fazia levantava quando a peça ficava seca eu ia lá e já tirava o pé. (Manoel Silva Santos, 2022).

Em sua narrativa Manoel Silva Santos mostra a importância que sua avó teve no seu aprendizado com o barro, atualmente após alguns cursos realizados com outras pessoas do grupo apreendeu a refinar a produção do artesanato, tendo comercializações até para fora do estado da Paraíba. Ele juntamente com seus irmãos Izabel, Ana, Luzia e sua cunhada Eva produzem grande número de peças para comercialização fora da comunidade.

Figura 4. Peças do artesanato dos Rufinos



Fonte: Acervo pessoal (Comunidade), (2022).

O artesanato também possui outros membros que são os filhos de Edith Maria falecida em 2021 vítima da COVID 19, está também realizava a produção e comercialização de sua arte como meio de subsistência, passou seus saberes para seus filhos Josefa e José Nilson que deram continuidade ao seu trabalho e são engajados no trabalho desde um curso de aperfeiçoamento realizado em 2008 por uma professora de Maturéia/PB em parceria com o poder público. Infelizmente Josefa também nos deixou vítima da COVID 19 no último ano, mas os saberes deixados por essas grandes mulheres têm sido preservados pelos seus familiares membros da comunidade.

Figura 5. Visita do SEBAE a comunidade “Os Rufinos” para verificar os resultados do curso de capacitação de artesanato em barro.



Fonte: Acervo pessoal (Doralice Sales de Oliveira)

Atualmente, o artesanato é produzido pelos membros em suas casas pois, falta a eles um local apropriado para produção em conjunto, no entanto essa arte pode ser apreciada tanto nas mídias do grupo, na casa do barro da comunidade e também em um box cedido pela prefeitura municipal de Pombal para comercialização dos produtos.

Figura 6. Produção do artesanato



Fonte: Acervo pessoal (Comunidade), (2021).

As histórias e a luta dos Rufinos vêm se expandindo, e um elemento de alteração e um impulsionamento foi o reconhecimento diante da Fundação Cultural Palmares no dia 14 de junho de 2011 da comunidade enquanto remanescentes de quilombolas. O reconhecimento da comunidade tratou de reorganizar as estruturas culturais, políticas, econômicas e sociais da localidade, a partir deste momento e da fundação da associação de remanescentes de quilombolas. E algumas ações neste segmentos foram realizadas, promovendo o enfrentamento das desigualdades sociais presentes no território, mas também a aproximação de uma povo com suas raízes, mantendo desta maneira os vínculos com seu passado e os preservando no seu presente através da memória, da oralidade e da luta coletiva.

Figura 7. Documento de Reconhecimento da Comunidade quilombola “Os Rufinos”.



Fonte: Acervo da comunidade

No tocante as políticas públicas o governo tem nos últimos anos dedicado uma atenção maior a comunidade, algumas demandas dos moradores foram atendidas principalmente no tocante a moradia, abastecimento de água e de organização de oficinas em torno do próprio artesanato como aponta Rufino (2019).

As obras estruturantes que vem dar melhores condições de vida aos moradores da comunidade: melhoramento das moradias, abastecimento de água por meio de poços artesiano; as políticas de capacitação e fomento das atividades artesanais; por outro lado ainda há carência em uma melhor efetivação em políticas ambientais, educacionais e de saúde, visto que não se vislumbra ainda uma estruturação que possa dar um melhor aparelhamento e segurança aos moradores desta comunidade. (RUFINO, 2018, p. 28).

O acesso da comunidade a políticas públicas de fomento ao seu desenvolvimento e de enfrentamento as expressões da “Questão Social” apontam para um panorama de mudanças que foram regulamentadas dentro da constituição e que tem ganhado força através do engajamento das comunidades e da construção de direitos das mais diversas naturezas que considerem as especificidades raciais e étnicas deste povo.

Um das importantes mudanças ocorridas dentro da comunidade se deu no âmbito da substituição das casas de tijolos, casebres de taipa por casas de alvenaria uma política habitacional do governo federal executada pela Fundação Nacional de Saúde- FUNASA. Outro aspecto importante também de se destacar é no tocante a política de abastecimento de água em que apesar da comunidade ser localizada as margens do rio Piancó-Piranhas ainda havia uma grande necessidade de abastecimento de água potável para os moradores, nesse sentido a comunidade foi contemplada com a perfuração de poços artesanais por meio do governo municipal e com reservatórios de água do tipo cisternas em todas as moradias através da iniciativa do governo federal.

Figura 8. Residência da comunidade



Fonte: Acervo pessoal (Joana Darck Sales de Oliveira)

O reconhecimento da comunidade possibilitou através dos meios institucionais visibilização para efetivação de políticas públicas pelo poder público. No entanto, o reconhecimento, simultaneamente também possibilitou a mobilização dos próprios membros da comunidade em torno de seu autorreconhecimento, da criação de uma identidade negra e quilombola e também de valorização da história e cultura do povo negro de quilombo. A associação comunitária formada tem sido o principal meio através do qual eles têm se organizado, reunindo-se uma vez por mês para discutir pauta relativas à comunidade, nos últimos anos tem ocorrido um maior engajamento dos membros nos projetos, lutas e melhorias necessárias.

Dessarte, diversas ações tem ocorrido pelo engajamento da própria comunidade, a participação dos grupos de dança e de artesanato tem sintetizado a expansão e a preservação do território, um trabalho que tem sido levado para todas as cidades da região, além de várias parcerias até mesmo com organizações do terceiro setor como forma de alavancar estas representações.



Muitos processos tem ocorrido na comunidade nesse sentido de resgate e enriquecimento da cultura afrodescendentes dos Rufinos, e com este intuito foram formados um grupo de jovens trancistas através de minicursos realizados na própria comunidade por meio de parcerias com entidades privadas e um grupo de dança feminino chamado de “ciranda dos Rufinos” iniciativa que inclusive tem sido desenvolvida também nas outras duas comunidades da cidade.

Figura 9. Reunião ordinária da comunidade os Rufinos



Fonte: Acervo da comunidade

Estas iniciativas resgatam e fortalecem as raízes originárias das comunidades, a dança, os penteados afro e a organização em torno das ações de resistência são elementos oriundos dos ancestrais africanos. Desse modo todas estas ações além de significarem a luta pelo enfrentamento as desigualdades de ordem racial que estão estruturadas nas bases de nossa sociedade, fortalecem a identidade étnica e racial das comunidades de remanescentes de quilombolas.

A trajetória histórica da comunidade elabora uma projeção de seus descendentes para um resgate dos elementos oriundos de sua ancestralidade, embora a expansão da família tem significado de certo modo a perda de fatos da história, essa expansão também tem sido responsável pela investigação por meios de seus membros de sua existência e portanto possibilitando a reivindicação pelo seu reconhecimento, desaguando na reorganização de traços do grupo, do fortalecimento da identidade deste povo e da sua organização em prol de acesso a direitos e de enfrentamento as diversas desigualdades de ordem racial, de classe e gênero presentes na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Brasil delinea-se através da história dos quilombos, estes foram os principais mecanismos de resistência da cultura, dos costumes, da religião e do povo negro no país. Foram anos de luta contra um sistema que os dizimava, após a constituição Federal de 1988 e as políticas de proteção de remanescentes quilombolas que este grupo vai novamente criando organizações que lutam em prol da liberdade e emancipação do povo negro e de quilombo.

As mudanças ocorridas no interior das comunidades e em suas formas de lidar com a sociedade dão novos contornos ao termo quilombo, elas vão se transformando e moldando suas necessidades e reivindicações a partir dos novos contextos em que se inserem.

A comunidade quilombola dos Rufinos vem se reinventando ao longo dos últimos anos, as leis de reconhecimentos e de valorização das comunidades tradicionais, trouxeram para este território o conhecimento de sua história e da descendência de seus ancestrais. Nesse sentido tem ocorrido um resgate de traços antes esquecidos ou até mesmo desconhecidos por este povo.

A valorização das raízes dos Rufinos tem fomentando a organização deste grupo, a cultura e arte presente tem ajudado a comunidade a erguer um nome antes inexistente. Assim toda as ações desenvolvidas no território de Rufinos tem contribuído para essa valorização reverberando também nos aspectos sociais e econômicos do grupo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, João. **Um olhar sobre Os Rufinos**: a identidade quilombola em Pombal. 25 março. 2022. Disponível em: <https://shp.icu/j4gm>. Acesso em: 1 março. 2023.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana [online]**, v. 3, n. 2, 1997. Disponível em: <https://bitly.com/X0STb>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 14 dez. 2020.
- BRASIL. **Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2004**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas para remanescentes das comunidades quilombos de que trata o art. 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=Regulamenta%20o%20procedimento%20para%20identifica%C3%A7%C3%A3o,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias Acesso em: 14 dez.2020.
- FARIAS, Sergio Luis Rolemberg. Os reis negros deserdados da terra: os negros Rufinos de quilombo do Sítio São João de Pombal, Paraíba. **Multitemas**, v. 24, n. 58, p. 115-135, Campo Grande, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/multi.v24i58.2458>. Acesso em: 8 novembro. 2022.
- MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala**. 3ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- MOURA, Clóvis. Quilombos: **Resistência ao escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR produtor editor, 2002.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 333-354. 2000. Disponível em: <https://bitly.com/oJ1YZ>. Acesso em: 7 nov. 2022.
- LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, set./dez. 2008. Disponível em: <https://bitly.com/wfWj5>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- QUILOMBOLAS Contra Racistas. Apresentação de Dados. [S. l.]. Disponível em: <https://shp.icu/H15n>. Acesso em: 1 março. 2023.
- ROCHA, Claud Kirmayr da Silva. **QUILOMBO DOS DANIEL: A MEMÓRIA COMO IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO URBA- NO DE POMBAL – PB**. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- RUFINO. Thiago Batista. **A formação da comunidade quilombola remanescente “Os Rufinos” no município de Pombal-PB (2011- 2018)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2018. Disponível em: [THIAGO BATISTA RUFINO. TCC. LICENCIATURA EM HISTÓRIA. 2018.pdf \(ufcg.edu.br\)](https://repositorio.ufcg.edu.br/bitstream/handle/ri/10000/1/THIAGO_BATISTA_RUFINO_TCC_LICENCIATURA_EM_HISTÓRIA_2018.pdf). Acesso em: 13 dez. 2021.
- SILVA, Suelen de Andrade. **Sob os holofotes do patrimônio**: entre histórias, identidades e políticas na Festa do Rosário de Pombal/PB. Dissertação (Mestrado profissional), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

NOTAS

ⁱ Livro publicado pela primeira vez em 1993 com nova edição publicada em 2020 pela editora Expressão Popular, no qual se referêcia esta dissertação

